

Redes Colaborativas e Socialismo Democrático

Euclides André Mance
IFIL, Brasília, 12 nov 2007

Introdução

O tema que nos cabe abordar nessa mesa do “*Encuentro de Economía Solidaria: Otras economías ocurren en el sur*” (Temuco, Chile, 14-16/nov/2007) pode ser desenvolvido de vários modos e, especialmente, detalhado sob os enfoques estratégico e metodológico. Entretanto, pouco se pode aprofundá-lo em vinte minutos. Daremos, pois, prioridade a enunciar doze proposições mais gerais – que de certo modo antecipam as conclusões a que desejamos chegar – e, em seguida, a tratar de alguns dos conteúdos implícitos nessas proposições, apresentando os principais argumentos de sua sustentação, particularmente algumas teses e categorias de fundo que nos parecem centrais ao seu desenvolvimento.

Em geral, tenho utilizado a categoria “alternativa pós-capitalista” no debate estratégico sobre o desenvolvimento das redes colaborativas solidárias, particularmente no campo da economia, para facilitar a interlocução com diversos setores do campo popular, deixando claro que o projeto histórico da economia solidária, como a compreendo, é a superação do sistema capitalista. Neste texto, recuperando elaborações anteriores já publicadas em outras ocasiões, aprofundaremos o diálogo sobre a realização histórica dessas sociedades pós-capitalistas na perspectiva da construção e consolidação do socialismo democrático.

1. Proposições Gerais

1. O socialismo democrático é a forma histórica mais apropriada de assegurar-se as liberdades públicas e pessoais ao conjunto da população de uma dada sociedade, garantindo-se a todas as pessoas, indistintamente e na melhor composição possível, as mediações fundamentais ao exercício de sua liberdade, que podem ser agrupadas em mediações materiais, políticas, educativo-informativas e ética.

2. A economia solidária é a base material do socialismo democrático e a democracia participativa é a sua forma política de realização histórica.

3. Os governos democrático-populares avançam na construção do socialismo democrático quando implementam eixos-de-luta estratégicos nesse horizonte, elaborados e hegemonzados pelos setores populares da sociedade civil. Na medida em que se afastam desse horizonte e desses eixos-de-luta popular, vão se convertendo, em geral, em governos social-democratas, tendendo a adotar políticas liberal-sociais compensatórias que ao final deságuam no neoliberalismo. Por outro lado, se defendem eixos-de-luta de caráter popular que, todavia, não foram elaborados nem são hegemonzados pelos setores populares da sociedade civil, a tendência é de que tais governos venham a se converter em governos populistas, com a hegemonia fortemente centralizada na atuação dos dirigentes e no aparato do Estado, com tendências autoritárias.

4. Na transição do capitalismo ao socialismo democrático, os governos democrático-populares devem cumprir um duplo papel estratégico: fortalecer a participação popular na governança democrática do Estado e fortalecer democraticamente, com o poder de Estado, a expansão da economia solidária.

5. Todavia, a expansão da *economia solidária* e da *participação popular na governança democrática do Estado* depende muito mais da capacidade de autogestão e de proposição política e organizativa das sociedades do que da boa-vontade política das forças populares que ocupem parcelas do Poder de Estado em efetivá-las, uma vez que o Estado não pode substituir-se à sociedade, mas deve estar subordinado a ela. E, também, porque sendo a sociedade civil um campo de interesses contraditórios, cabe democraticamente aos setores populares pressionar ou apoiar os governos e demais poderes públicos para que a governança do Estado seja sempre mais democrática, o que acaba por ferir interesses econômicos e políticos dos setores não-populares da sociedade civil – os quais se beneficiam com a falta de democratização do Estado e com a sua governança

subordinada a interesses privados de setores econômicos que, em sua prática empresarial, renegam a autogestão social, repudiando o valor da democracia na esfera econômica no interior das empresas e iniciativas, onde não vale a máxima "uma cabeça um voto".

6. Sem o exercício da autogestão democrática nas organizações populares da sociedade civil, sem a sua integração horizontal em redes colaborativas, sem o cotidiano processo de mobilização, organização e de educação popular – tanto de suas bases quanto de segmentos cada vez mais amplos da sociedade civil – estas organizações, após contribuírem para a eleição de governos que aspiram efetivar uma democracia popular em seus países, não conseguirão democraticamente assegurar a sua própria participação na governança do Estado e, igualmente, tais organizações terão dificuldade em contribuir para a recriação dos mecanismos e processos de democratização política do próprio Estado.

7. Sem o exercício qualificado da autogestão econômica nos empreendimentos de economia solidária, sem a sua integração horizontal em redes colaborativas mais amplas no campo socioeconômico, político e cultural (compartilhando-se os acúmulos, horizontes estratégicos e desafios na expansão e consolidação da economia solidária) e sem a difusão do consumo responsável e solidário (tanto final quanto produtivo) como parte da auto-organização da sociedade civil na esfera econômica, as organizações populares em geral não saberão como valer-se do Estado sob a governança democrático-popular para avançar na construção, expansão e consolidação da base material do socialismo democrático.

8. Pois o saber como fazer ambas as coisas (como fortalecer a governança democrática do Estado e como expandir a economia solidária) não resulta de teorias sobre o dinamismo da história, mas da práxis concreta desses atores populares em efetivar a governança democrática de suas próprias entidades, empreendimentos, iniciativas e redes colaborativas – inovando, recriando e inventando mecanismos de governança participativa que possam subsidiar a transformação de tomadas de decisão política no interior do Estado, valendo-se dos mecanismos de

participação popular que nele sejam introduzidos e aprimorados. Esse avanço prático concreto não despreza nenhuma fonte de conhecimento, sejam aquelas historicamente acumuladas por toda a humanidade, em particular pelos setores oprimidos e por aqueles que lhes são solidários, seja a capacidade criativa dos atores em inventar novas categorias, conceitos, estratégias, teorias, estruturas e processos que façam avançar a democratização real da política e da economia – considerando igualmente os novos patamares tecnológicos de gestão da informação e de tomadas de decisão compartilhadas em redes colaborativas.

9. O socialismo democrático, como expressão da democracia participativa e da economia solidária, promove um desenvolvimento ecologicamente sustentável, economicamente viável, socialmente justo e eticamente solidário em favor do bem-viver de todas as pessoas e da paz entre os povos.

10. A promoção do bem-viver das pessoas e da paz entre os povos resulta do asseguramento pessoal e coletivo das condições materiais, políticas, educativo-informativas e éticas do exercício das liberdades privadas e públicas, nas melhores condições possíveis para o conjunto das pessoas, povos e nações. No campo das condições materiais, tal asseguramento exige compartilhar-se, de maneira justa, a riqueza socialmente produzida e preservar-se o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

11. A responsabilidade pelo asseguramento dessas condições é tanto dos poderes de Estado quanto, pelo princípio de subsidiariedade solidarista, de todas as esferas particulares da sociedade, na figura das pessoas e organizações que as constituem. Desse modo, não há como efetivar-se o socialismo democrático (sistema socioeconômico solidário fundado politicamente na democracia participativa) e não há como assegurar-se o bem-viver do conjunto das pessoas no interior de uma nação, sem o fortalecimento de redes colaborativas que articulem as forças populares da sociedade civil, que aprofundem o exercício da autogestão democrática em suas esferas próprias e no interior do Estado, que desenvolvam sua capacidade de construir consensos e respeitar dissensos

minoritários, tomando-se como critério de discernimento para a conduta pessoal e coletiva favorecer tudo aquilo que consiga expandir as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

12. Assim, a construção do socialismo democrático é, simultaneamente, tanto a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, pois é a expansão e consolidação política da democracia participativa, que leva à real democratização da governança do Estado; quanto, igualmente, da progressiva democratização da economia, com a expansão sustentável do setor econômico em que prevalece a autogestão, em que os trabalhadores dos empreendimentos são igualmente seus proprietários, tendo a liberdade de, auto-gestionadamente, decidir sobre o processo e o resultado da atividade econômica em que estão envolvidos.

2. Os sujeitos históricos da construção do socialismo democrático e sua aglutinação em redes colaborativas em torno de eixos de luta estratégicos

A transformação estrutural dos nossos países não será fruto da ação isolada dos governos ou de alianças de partidos políticos, mas depende da viva articulação de um conjunto de redes sociais-populares que, agindo autonomamente, visando essa mudança, opere de maneira orgânica e sinérgica sobre o maior conjunto possível das relações sociais que permeiam nossos países nos campos da economia, da política e da cultura.

A atuação dos governos, entretanto, é decisiva, pois o fortalecimento de uma viva democracia substantiva implica em consolidar, legítima e legalmente, as transformações – requeridas e em curso – desencadeadas pelo conjunto dessas redes, para que se garanta uma ambiência de liberdade e de justiça (social, política e econômica), legitimando a nova ordem que se constrói, condicionada pela atuação do conjunto dessas organizações, que se entre-apóiam articuladamente, de maneira autônoma e estratégica, reforçando o movimento de transformação estrutural dos países e conduzindo os governos à defesa dessas mudanças.

Os governos podem facilitar ou dificultar esses processos históricos, em tal medida, que para muitos até parece que são os próprios governos os sujeitos dessas transformações estruturais. Mas, com efeito, elas somente são possíveis porque um conjunto de relações sociais nos campos econômico, político e cultural foi profundamente abalado por essas redes, que desencadeiam e alimentam processos de mobilização, organização e educação popular, pressionando, propondo, formulando, forçando e consolidando essas mudanças.

Dependendo do caráter dos governos, essas ações se convertem em participação popular e eles são fortalecidos em sua capacidade de operar tais mudanças. Quando isso não acontece, tais governos devem ser alvo da pressão popular em torno dos eixos de luta, para que se efetive a sua abertura democrática – a fim de que o Estado promova e assegure o bem-viver de todos os cidadãos e cidadãs ao invés de atuar na defesa de interesses de segmentos que renegam o bem-público.

Quando analisamos o panorama de articulação das redes sociais em diversos países latino-americanos nas últimas décadas, percebemos que uma transformação profunda começou neles a ocorrer. Não apenas política, mas igualmente ética e econômica. Não é por acaso que floresceram e se consolidaram tantas organizações e movimentos sociais e que seus acúmulos ensejaram a constituição de partidos comprometidos com suas causas, convertendo-se uma parcela significativa de suas proposições em políticas públicas e projetos de lei e, mesmo, em novas constituições aprovadas pela soberania popular. Não é por acaso que crescem rapidamente na América Latina diversas práticas de economia solidária, que passam a ter projeção cada vez maior (embora ainda muito insuficiente) no cenário das políticas governamentais. Não foi por acaso que este anseio generalizado por mudanças veio promovendo, democraticamente, a substituição de governos, elegendo-se representantes e partidos historicamente comprometidos com essas transformações estruturais.

Vivemos um movimento histórico de inflexão para um outro paradigma, em que o desejável crescimento econômico deve estar subordinado ao desenvolvimento sustentável, socialmente

justo e ecologicamente correto; em que a segurança alimentar deve ser alcançada nos quadros da soberania alimentar; em que a responsabilidade pela garantia do bem-viver de cada cidadão e cidadã não é atribuída somente ao Estado, mas igualmente às nossas condutas cotidianas, balizadas eticamente, seja no que se refere às dimensões de gênero, étnicas e ambientais, mas especialmente às nossas atitudes de consumo – entre todas as demais relações de nossa práxis social e política.

A eleição de governos populares – de esquerda ou centro-esquerda – significou, no campo político, um avanço nesse movimento de transformação de nossos países. Mas não se deve confundir a eleição ou reeleição de um governo com a própria transformação estrutural de um país, pois esta somente ocorre quando a sociedade, organizada, mobilizada e consciente estabelece objetivos estratégicos como eixos articuladores de sua intervenção organizada – capazes de promover mudanças profundas em prol do bem-viver de todos os cidadãos e cidadãs – e os implementa com base no acúmulo de forças sociais que se solidarizam em torno desses eixos, intervindo simultaneamente sobre os poderes de Estado (em sentido estrito) e sobre a sociedade civil como um todo.

O avanço da transformação de nossos países rumo ao socialismo democrático depende, em grande medida, da capacidade das nossas sociedades em construir eixos de luta estratégicos que norteiem a disputa de hegemonia, levando os governos a promover transformações estruturais, graças à ampla participação democrática da sociedade civil, tanto na ação direta quanto na ação institucional.

Para que se materialize como um eixo de lutas do campo democrático e popular é preciso que em sua conquista, progressiva ou final, ele: a) seja capaz de atender a demandas imediatas de parcelas da população e/ou de diversas organizações populares, sendo portanto um elemento de forte mobilização e aglutinação de atores diversos; b) tenha incidência sobre as estruturas recorrentes de exploração e dominação, combatendo-as e fragilizando-as; c) implemente com sua realização, em alguma medida, elementos da nova sociedade que se deseja construir. Em outras palavras, a

efetivação dos eixos de luta popular leva a transformações estruturais que, progressivamente, com um acúmulo de forças sociais cada vez maiores, possibilitam democratizar profundamente as relações econômicas, políticas e culturais, avançando progressivamente na implantação de sociedades pós-capitalistas, no horizonte do socialismo democrático com base no fortalecimento do poder popular, isto é, de um Estado cada vez mais substantivamente democrático, graças à participação popular.

Esses eixos, que permeiam a relação de enfrentamento ou de aliança dos setores populares da sociedade civil com os governos eleitos são imprescindíveis para que os governos com perfil popular possam avançar na sua própria consolidação como *Governos Democrático-Populares* e não se percam em ações políticas que, por não incidirem sobre as estruturas sistêmicas de exploração, expropriação e dominação e por não contribuírem para a sua superação, acabem por se caracterizar como *Governos Social-Democratas* ou naufraguem no neoliberalismo. Ou para que tais governos, na ausência desses eixos, não operem uma reformulação política das demandas populares que lhes assegure (aos governos) a hegemonia – sem, entretanto, avançar na substantiva democratização do Estado ou na superação das estruturas acima mencionadas, preferindo fortalecer a relação direta dos líderes com as massas sociais, assegurando a continuidade de seus governos, sem avançarem, todavia, para a construção do socialismo democrático, pois não é possível construir o socialismo democrático sem a democratização do Estado e de parcelas cada vez mais amplas de organizações da sociedade civil, sem a democratização da economia, da política e da cultura.

3. A Importância dos Eixos de Luta para a Construção do Socialismo Democrático.

Sinteticamente pode-se afirmar que um eixo de lutas, próprio ao campo democrático e popular: a) permite aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico (movimento sindical, movimento popular, ONGs, população desempregada, segmentos excluídos, etc.); b) atende demandas imediatas

desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo e qualidade de vida e demais bandeiras de luta pelas quais se organizam; c) nega estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo, de dominação política e cultural, que em alguma medida mantém tais demandas insatisfeitas ou cuja satisfação ocorre como mediação de concentração de capital por parte de quem as pode satisfazer; d) implementa uma nova forma de produzir, consumir e conviver compatível com uma sociedade pós-capitalista de caráter solidário e ecologicamente sustentável. Pode-se definir eixos estratégicos que articulem diversas lutas e bandeiras específicas peculiares ao movimento sindical, aos movimentos populares urbanos, aos movimentos culturais, aos movimentos camponeses ou eixos capazes de integrar o conjunto desses movimentos em lutas concretas, tanto na ação direta quanto institucional.

De fato, é necessário estabelecer *eixos de luta* em torno dos quais os movimentos se articulem desenvolvendo lutas que, avançando nas resoluções das necessidades imediatas, acumulem forças para irem implementando transformações estruturais, ou pelo menos construindo o consenso na sociedade da necessidade de tais mudanças. Portanto, um eixo de luta deve articular as lutas imediatas, conjunturais, de maneira tal que passem a ter um peso estratégico, afetando as estruturas do capitalismo e avancem na construção do socialismo democrático¹.

¹ Vale lembrar que o projeto neoliberal hegemonizou a política brasileira, particularmente de 1989 a 2002, em razão da adesão de grande parte da sociedade a alguns eixos de luta da classe dominante, tais como as privatizações e a ampla abertura ao capital internacional, apresentadas como formas alcançar demandas imediatas da população, especialmente combater a inflação, gerar emprego e redirecionar a atenção do estado para a saúde, educação e áreas sociais. A implementação desses eixos, por outra parte, não apenas atendeu a *interesses imediatos das classes dominantes* com a aquisição de empresas públicas a baixo-preço, facilitação da movimentação de capitais e obtenção de lucros gigantescos no sistema financeiro graças à elevação das taxas juros – igualmente apresentada como alternativa necessária para conter a inflação – mas, especialmente, atendeu a *interesses estruturais dessa mesma classe*, debilitando a capacidade do Estado em assegurar o interesse público

Assim, um eixo de luta reúne diversas lutas fragmentadas sobre questões específicas em uma luta mais ampla, assumida pelos vários movimentos específicos que passam a desenvolver ações articuladas em torno de tal eixo, sem negar suas outras bandeiras particulares. Desta forma, todas as lutas específicas reunidas em torno daquele eixo são fortalecidas por serem tratadas com um caráter estratégico, avançando na luta por mudanças estruturais que resultem na conquista das diversas lutas específicas. No processo de articulação dos atores se entre-apoiam nessas lutas, organizam-se redes colaborativas de diversos tipos que se realimentam em fluxos de informação, em fluxos de valores ou fluxos materiais – em processos comunicativos e de compartilhamento ou intercâmbio de recursos econômicos para o fortalecimento do conjunto das redes e das lutas em torno desses eixos estratégicos.

Normalmente cada movimento possui as suas bandeiras de luta. Tais bandeiras, quase sempre, expressam os objetivos que o movimento quer atingir, por exemplo, na questão da saúde, educação, moradia – que podem ser consideradas suas utopias particulares. Contudo, é possível paleativamente atender-se - e mesmo melhorar consideravelmente - a situação de saúde, moradia e educação da população em geral, sem modificar-se, entretanto, as estruturas capitalistas de exploração e de concentração de riquezas no atendimento dessas necessidades

frente aos interesses privados, particularmente do grande capital internacional. Assim, por exemplo, o desafogamento de demandas nos campos de saúde e de educação na rede pública deveu-se, em grande medida, pela multiplicação de empresas privadas nesses setores ampliando o seu atendimento não apenas para as elites, mas chegando às camadas médias com serviços de qualidade inferiores, visando primeiramente o lucro e não o interesse público. É justamente o enfraquecimento estrutural do Estado em assegurar serviços públicos, gratuitos, universais e de qualidade o que amplia a demanda dos serviços correlatos oferecidos por empresas privadas com fins de lucro. Assim tais eixos de luta integravam demandas populares, tal como o combate à inflação, a objetivos imediatos das classes dominantes, como elevação das taxas de juros, e consolidavam estruturas basilares à ampliação da acumulação privada de lucro no atendimento de serviços tradicionalmente considerados como de responsabilidade pública.

sociais, especialmente com a privatização do Estado e dos serviços públicos, mantendo-se igualmente segmentos excluídos do seu acesso. É inegável que o movimento de mulheres conquistou muitas creches em toda a América Latina nas últimas décadas, que movimentos de luta contra o desemprego conquistaram algumas alternativas emergenciais em favor dos desempregados; que inúmeras favelas e ocupações organizadas são, hoje, áreas regulamentadas; que novas linhas de ônibus são abertas a cada dia sob pressão dos movimentos populares em inúmeras cidades; etc. Mas é inegável, igualmente, que a exploração capitalista, estruturalmente, permaneceu do mesmo jeito e que grandes parcelas da população continuam excluídas de condições dignas de moradia, saúde, educação e transporte – sem terras para plantar ou morar, tendo, na prática, negados diversos direitos constitucionalmente afirmados. Considere-se ainda que inúmeros vereadores, deputados, prefeitos e políticos em geral, se reelegem periodicamente por atenderem clientelisticamente algumas reivindicações de movimentos sociais, favorecendo por outra parte aos interesses de grupos econômicos, sejam de empreiteiras ou de outras empresas, que se beneficiam na implementação das soluções voltadas ao atendimento dessas reivindicações. Isso ocorre porque os movimentos não articulam suas lutas em torno de eixos estratégicos de luta que avancem para mudanças estruturais.

Portanto, definir um eixo de luta não é apenas encontrar uma luta prioritária que, em um dado momento mobilize muitas pessoas e movimentos em ações conjuntas. Mais do que isso, um eixo de luta deve sempre ligar a realidade imediata, conjuntural, aos objetivos estratégicos de construção das novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que se deseja efetivar em uma sociedade democrática e popular, em seu enfrentamento cotidiano do modo capitalista de produção e de reprodução social, implantando-se assim progressivamente o *socialismo democrático* – isto é, a efetivação da democracia em todas as esferas da sociedade – nos campos econômico, político e cultural. Para tanto, é necessário afetar-se as estruturas econômicas, políticas e culturais que sustentam a reprodução do capitalismo e ir introduzindo outras, que se deseja efetivar plenamente com a sua superação sistêmica. Essa progressiva efetivação é a passagem do capitalismo ao socialismo

democrático pela via da democracia popular. Isso somente ocorrerá, contudo, quando os movimentos e organizações do setor popular da sociedade civil estiverem articulados em torno de eixos de luta, mobilizando a população, fortalecendo suas próprias organizações e aprimorando o trabalho de formação política de bases e de massas nas lutas do cotidiano de cada movimento.

Assim, as utopias particulares dos diversos movimentos sociais vão sendo compostas em utopias coletivas, as quais necessitam expressar-se como um novo projeto de sociedade, como um projeto político que visa combater toda forma de exploração, dominação e injustiça. Estes projetos são uma crítica real ao modelo neoliberal, que coloca o direito de acúmulo do capital acima do direito público de realização das liberdades públicas e pessoais. No momento histórico atual, a melhor alternativa que temos para o asseguramento das liberdades públicas e pessoais é o projeto político socialista, democrático e popular, que além dos aspectos econômicos e políticos já destacados, tem sido aprimorado nos últimos anos como expressão de uma concepção ecológica de preservação da biodiversidade e de interferência equilibrada nos ecossistemas, quanto como expressão de uma concepção antropológica de promoção da diversidade cultural, respeitando as singularidades dos diversos povos e grupos, quando não são incompatíveis com a promoção universal da liberdade e da dignidade humana. Este projeto articula desenvolvimento com distribuição de riqueza e soberania nacional. Caracteriza-se, pois, como uma alternativa democrática ao modelo globalitário neoliberal, ao dogma que o pensamento único pretende impor a todos em favor do interesse das grandes corporações e de seus associados.

4. Alguns Eixos de Luta Atuais na América Latina na Construção do Socialismo Democrático

O grande desafio dos movimentos e organizações do campo popular em nosso momento histórico é estabelecer nacionalmente e internacionalmente alguns eixos de luta em torno dos quais possamos articular nossas forças de maneira estratégica, avançando na conquista de nossos objetivos imediatos e de longo prazo.

Seguramente, ao menos seis eixos de luta contribuiriam para a articulação de movimentos e a realização de lutas unificadas na América Latina: Reforma Agrária, Reforma Urbana, Economia Solidária, Redução da Jornada de Trabalho, Defesa da Cidadania e Democratização do Estado.

1) A reforma urbana, como eixo de lutas: a) atende as demandas imediatas por moradia, saúde, transporte e saneamento, entre outras; b) combate a especulação imobiliária e o acúmulo de capital pelas empresas que prestam serviços urbanos – enfrentando a expropriação capitalista cotidianamente operada nas atividades de reprodução social, tais como: moradia, abastecimento, saúde, transporte, etc.; c) democratiza o uso do solo, garante a participação popular no planejamento da cidade, na gestão do orçamento, bens e serviços públicos; atua na reorganização do território e na sua reapropriação social.

2) A reforma Agrária, como eixo de lutas: a) atende as demandas imediatas por terra para plantar e morar, trabalho e sustentação econômica das famílias de agricultores; b) combate o latifúndio e o acúmulo de capital dos que usam as terras como estoque de valor; c) democratiza a propriedade fundiária e fortalece formas de economia solidária, garante acesso à terra como meio produtivo, crédito para plantio e beneficiamento, infra-estrutura para o escoamento da produção, políticas de comercialização e transferência tecnológica, garantia da vida e crescimento humano dos trabalhadores rurais: escolas, hospitais, espaços de lazer, segurança pública, seguridade social em seu conjunto, etc.

Em geral, ambas – reformas agrária e urbana – devem: enfrentar a concentração das terras como estoque de valor e o não cumprimento de sua função social, seja como meio de produção, seja como suporte de edificação; proteger, em toda a sua rica diversidade, o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, conforme a realidade de cada território.

3) A Economia Solidária, como eixo de lutas: a) Atende a demanda de milhões de pessoas por trabalho, renda e melhores condições de consumo, assegurando os meios materiais para o

bem-viver das pessoas. b) Enfrenta o capitalismo em suas estruturas tanto econômicas – de produção, consumo, comercialização e finanças – quanto ideológicas, combatendo o individualismo, a concorrência, a exploração dos trabalhadores e a expropriação dos consumidores. c) Implanta um novo modo de produzir e consumir em que o bem-viver das pessoas, a realização mais plena de sua liberdade eticamente exercida vem em primeiro lugar e não a realização de lucros, promovendo a propriedade coletiva dos meios de produção e a autogestão das empresas pelos trabalhadores. Os excedentes gerados são compartilhados em práticas de micro-crédito permitindo o surgimento de novos empreendimentos produtivos e de organizações populares e solidárias de consumidores, remontando as cadeias produtivas, expandindo o setor da economia solidária na oferta de produtos, serviços, insumos, crédito e bens de investimento. A expansão da economia solidária em redes colaborativas permite fazer surgir um sistema econômico pós-capitalista, capaz de impor um novo rumo à globalização atual.

Cabe, pois, no eixo da Economia Solidária:

- promover o bem-viver do conjunto da população sob estratégias socioeconômicas que distribuam a riqueza material e cultural, garantindo às pessoas o acesso às condições requeridas para sua realização pessoal e social;
- ampliar a apropriação social da riqueza produzida, ampliar a longevidade, o acesso ao conhecimento e à diversidade de culturas como fruto de um modo solidário de viver, em que a dignidade de cada pessoa é respeitada e promovida em todas as suas dimensões;
- assegurar aos cidadãos o direito a consumir produtos materiais e imateriais solidariamente elaborados e zelar pela qualidade técnica e ambiental destes, resguardando a saúde pública e o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

4) A redução da jornada de trabalho sem redução de salário, como eixo de lutas: a) aumenta a oferta de vagas de trabalho; b) diminui o acúmulo de mais-valia pelo capitalista, combatendo a exploração do trabalho; c) gera maior tempo livre para os trabalhadores.

5) A cidadania, como eixo de luta: a) combate toda forma de discriminações, preconceitos e violação de direitos legítimos e princípios éticos; b) combate a cultura, padrões e comportamentos alienantes que justificam a exploração e dominação das massas sociais, de segmentos específicos da população ou a reprodução de práticas cotidianas de opressão; c) afirma uma nova ética que exige transformar as relações de poder na vida cotidiana, na esfera privada, bem como na gestão da coisa pública, fomentando uma cultura popular libertadora, a desalienação da sensibilidade ética e estética, afirmando a solidariedade e a justiça como objetivos últimos das ações.

No campo do Direito, trata-se de inverter as prioridades tradicionais do desenvolvimento, visando efetivar-se o quanto antes os direitos dos segmentos mais injustiçados, econômica, cultural e socialmente; assegurar a todos os cidadãos e cidadãs a proteção do conjunto de seus direitos – realização efetiva dos direitos humanos, como valores fundamentais, que se desdobram em leques de direitos, relacionados ao indivíduo, à coletividade e ao gênero humano: a) direitos civis e políticos; b) direitos coletivos, econômicos, sociais e culturais; c) direitos de fraternidade; d) direitos à democracia, à informação e ao pluralismo.

No campo da Ética, visa-se: promover a realização plena do ser humano, o respeito à sua identidade e realização subjetiva; tratar da legitimidade dos *direitos* e promover uma nova *ética* que enfrente as diversas formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual, idade, condição física e mental, de imposição de padrões estéticos e todas as formas de dominação cultural.

6) A democratização do Estado, como eixo de lutas: a) assegura a *Participação Popular* que se concretiza no orçamento participativo e no planejamento permanente das políticas públicas nos diversos níveis e, particularmente, em nível municipal, na reorganização do zoneamento urbano; b) combate a *privatização do Estado*, impedindo que investimentos públicos sejam feitos com o objetivo de ampliar o acúmulo de capital por grupos econômicos a serviço do Estado e que dele se beneficiam; c) assegura a *democratização do Estado*, com a

descentralização do poder e a criação de canais de participação popular, que possibilitam a *gestão participativa*.

Seguramente, há que se construir outros eixos de luta; um deles relacionado à democratização da comunicação e da informação; outro relacionado ao movimento dos capitais internacionais e das dívidas públicas, internas e externas, por ele realimentadas; e outro relacionado à demarcação dos territórios indígenas e à valorização da diversidade cultural como riqueza das nações, por exemplo. Mas cada eixo deve manter os três aspectos citados anteriormente, do contrário: ou não terá capacidade de mobilizar as pessoas; ou não enfrentará as estruturas de exploração e dominação que estão na raiz dos problemas que se busca resolver; ou não contribuirá para a progressiva implantação das novas estruturas que encontrarão seu melhor desenvolvimento no socialismo democrático.

5. Socialismo Democrático e Libertação Popular

A liberdade, complexamente considerada, não deve ser compreendida como uma mera qualidade transcendental ou metafísica, suposta como condição da responsabilidade individual pela ação moral. Pelo contrário, cabe categorizar a liberdade como exercício histórico, concretamente situado em um contexto, em uma época, sob uma cultura, atravessado por relações de poder; exercício esse que supõe condições materiais, políticas, educacionais-informativas e também éticas para se realizar como manifestação de cidadania.

a) Sem o asseguramento das *condições materiais* não há como se realizar as liberdades. A liberdade para comer ou trabalhar produtivamente, por exemplo, só existe quando há o alimento disponível para comer ou condições materiais que possibilitem aquele trabalho. Quem não dispõe de alimento, não possui liberdade para alimentar-se. Igualmente, sem dispor de moradia, não existe a liberdade para abrigar-se dignamente como ser humano, mas a imposição de viver ao relento. Sem as mediações materiais para assegurar a saúde não há a liberdade para preservar o corpo da dor, do sofrimento e da morte evitável.

Visando expandir o exercício das liberdades, mobilizando-se em torno de condições materiais, inúmeras organizações civis, que operam nos campos da produção e reprodução social, atuam diretamente sobre contradições sociais referentes à exploração e exclusão do trabalho, expropriação de consumidores e o progressivo empobrecimento de grandes parcelas das sociedades. Sindicatos de trabalhadores, organizações de economia solidária, inúmeros movimentos populares e diversas outras organizações que atuam nessa esfera trazem às redes colaborativas uma compreensão de democracia que exige o controle da sociedade sobre a riqueza produzida, desde o local de trabalho até a movimentação internacional dos valores financeiros.

Sob a perspectiva das redes de colaboração solidária trata-se de garantir a produção, a distribuição, o emprego ou o consumo das mediações materiais necessárias à realização das liberdades públicas e privadas, eticamente balizadas. O princípio de diversidade implica na promoção da satisfação de demandas singulares, não em função do lucro, mas em razão do bem-viver de cada um e de todos, compondo-se da melhor maneira possível o exercício solidário das liberdades. Justamente por isso, as redes econômicas de colaboração solidária convertem-se também em redes políticas, uma vez que se busca a melhor maneira de compor o exercício coletivo e pessoal das liberdades.

b) Com efeito, sem o asseguramento das *condições políticas*, que garantam a autonomia privada e pública, não há como satisfatoriamente preservar, promover ou realizar a liberdade dos indivíduos e da sociedade. Sem a possibilidade de participar, opinar, decidir e transformar as micropolíticas do cotidiano na vida privada e as macro-políticas – que envolvem inúmeras esferas de organização social e governamental – a liberdade fica mutilada, impedida de realizar-se de modo cidadão. O machismo, o racismo, a discriminação de imigrantes, índios e pobres e tantos outros preconceitos justificam ideologicamente micropolíticas autoritárias, que negam a liberdade de mulheres, negros e demais segmentos discriminados. Também o tecnicismo, o economicismo e tantas

outras ideologias que se desdobram de conceitos arcaicos sobre o valor epistemológico dos enunciados científicos contribuem para a negação da liberdade pública, negando o valor da participação popular na definição das macro-políticas governamentais nas diversas esferas. Também aqui, inúmeros movimentos, organizações e partidos políticos trazem às redes colaborativas a afirmação do respeito à autonomia das pessoas e das sociedades, desde a esfera do cotidiano e da vida privada até as esferas públicas do controle democrático dos orçamentos e das políticas governamentais.

Ora, sendo a rede econômica baseada no consumo e no trabalho solidários, ela se constitui simultaneamente como rede política, isto é, a rede econômica não pode sobreviver sem que seus membros assumam uma outra concepção sobre os princípios que regem a convivência entre as pessoas, particularmente, a superação do individualismo pela colaboração solidária. Sob a dinâmica dessas redes colaborativas, o desejo do outro em sua diferença implica, micropoliticamente, em promover a realização das diversas singularidades, eticamente orientadas, do modo mais pleno possível. Macropoliticamente, implica na transformação estrutural da sociedade, suprimindo a dicotomia entre o formulador da demanda social e o seu reformulador político, através de mecanismos democráticos de autogestão pública, que a rede exercita na sua própria consistência. Com a promoção das liberdades pública e privada, o crescimento da rede colaborativa amplia o seu poder político – em razão de aglutinar um segmento cada vez maior da sociedade em torno de sua proposta de sociedade pós-capitalista, que começa a ser implementada em toda a parte em que surge uma célula solidária – o que permite a progressiva constituição de um novo bloco social, capaz de promover revoluções molares, sustentadas por inúmeras revoluções micropolíticas de caráter molecular e, portanto, de transformar a estrutura e a gestão dos governos e dos Estados.

c) Contudo, mesmo tendo asseguradas as condições políticas e materiais para concretizar as nossas escolhas, se não dispusermos de *informações suficientes e qualitativamente relevantes* para as nossas decisões ou não soubermos *como refletir adequadamente sobre as informações* de que dispomos,

o exercício de nossa liberdade fica igualmente prejudicado. Isto significa que sem a democratização da educação e da informação, a cidadania fica obliterada, pois embora haja liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por aqueles que selecionam e fornecem algumas informações e não outras – ou que induzem a sua interpretação em determinada perspectiva. Nesta esfera inúmeros movimentos e organizações travam suas lutas pelo direito à educação, informação e comunicação, entre muitas outras.

Sob este aspecto, destaca-se a relevância de uma das propriedades inerentes às redes colaborativas solidárias que é o ininterrupto fluxo de informações. Promovendo a livre interação comunicativa entre os participantes das células, garantindo as mediações materiais para a emissão e recepção de mensagens a qualquer participante da rede, ela sustenta o fluxo solidário de informações relevantes para as decisões particulares sobre todas as questões que se colocam a seus membros. Inúmeras células de serviço são organizadas para atender demandas educativas, de qualificação profissional, de desenvolvimento artístico e científico – condições necessárias ao exercício da liberdade de cada um e ao bem viver de todos.

d) Por fim, sem o cumprimento da *condição ética*, o exercício da liberdade de alguns pode aniquilar a liberdade de muitos ou vice-versa. A moral e o direito vigentes em nossas sociedades, modelizados sob o capitalismo, obliteram a realização das liberdades públicas e privadas. Com efeito, a liberdade de uma pequena parcela acumular a maior parte das mediações materiais requeridas ao bem-viver de todos nega a liberdade da maioria em satisfazer humanamente suas próprias necessidades. Em outras palavras, a propriedade privada da riqueza, nos termos em que é assegurada pelo direito capitalista, é o que provoca as privações da maioria, que está privada de realizar a sua liberdade mais elementar de morar ou trabalhar de modo dignamente humano. Pelo contrário, a ética que preserva e promove a liberdade se assenta no desejo de todas as pessoas viverem esta mesma liberdade e no imperativo de promovê-la nessa extensão. Assim, a liberdade privada não pode realizar-se aniquilando as condições de possibilidade da liberdade pública; e esta, por sua vez, deve respeitar qualquer livre exercício

humano da liberdade privada, desde que esta não inviabilize outros exercícios de liberdade pública e privada eticamente orientados. É nessa esfera ética que se encontra dialogicamente o equacionamento do paradoxo sobre em quais circunstâncias as necessidades de muitos estão acima das necessidades de uma pessoa em particular e em quais outras circunstâncias as necessidades de uma pessoa em particular estão acima das necessidades de muitos, visando preservar-se o máximo possível as liberdades de todos e de cada um em particular, na melhor satisfação possível do conjunto das necessidades e na melhor realimentação possível entre todas as liberdades. Trata-se de uma outra forma de conceber a organização da sociedade, em que a liberdade privada não pode negar a liberdade pública ou vice-versa, quando ambas se orientam eticamente. Trata-se, pois, da afirmação de uma sociedade em que ambas as liberdades se promovam reciprocamente para a realização, a mais plena possível, de todas as valiosas singularidades de cada ser humano, de cada cultura, de cada povo. Em razão desse mesmo princípio, cabe aos governos democrático-populares inverterem prioridades: tanto desprivatizando o Estado, para que este esteja a serviço da expansão das liberdades públicas e pessoais, assegurando a todas as pessoas, indistintamente, as condições de possibilidade de satisfação de suas necessidades nesses quatro âmbitos; quanto apoiando as redes colaborativas na promoção cotidiana do bem-viver de toda a sociedade e de cada uma das pessoas que a compõe.

Portanto, se desejamos que as pessoas sejam livres, de modo cada vez mais pleno, desejamos que a elas sejam asseguradas todas as condições materiais, políticas, educativas e informativas para o seu ético bem-viver. Esse é o horizonte dos governos democrático-populares em seu avanço na construção do socialismo democrático. A transformação do campo de possibilidades do exercício da liberdade, pelo incremento e qualificação dessas mediações, possibilita ampliar os horizontes de realização da própria liberdade. Assim, as redes colaborativas solidárias visam não apenas assegurar indistintamente a cada pessoa esse conjunto de condições necessárias ao seu bem-viver, como também, ao promover a criatividade e a diversidade na qualificação de tais mediações, busca expandir ainda mais as possibilidades do exercício solidário das liberdades.

Sem o fortalecimento dessas redes colaborativas e sua viva atuação na consolidação do poder popular – que se exerce de forma direta sobre o conjunto da sociedade, tanto na produção de consensos em torno dos eixos de luta estratégicos quanto na consolidação dos circuitos de economia solidária, e igualmente de forma direta sobre o Estado, através dos mecanismos de participação popular e dos movimentos de pressão social –, sem isso, os governos eleitos por defenderem mudanças profundas de caráter popular não conseguem avançar efetivamente na consolidação da democracia popular e sem a consolidação da democracia popular (que integra mecanismos de democracia representativa e mecanismos de participação popular, sobre uma base material de economia solidária) não se consegue construir o socialismo democrático.

6. Redes Colaborativas articuladas em torno do eixo de lutas da Economia Solidária.

Vários governos de esquerda e centro-esquerda têm sido eleitos na América Latina, graças à grande mobilização popular por mudanças profundas em nossos países. Em muitas partes, governos locais e estaduais igualmente avançam na perspectiva de promover a participação popular e a democratização dos Estados. É sua tarefa histórica, na perspectiva do socialismo democrático, contribuir para expandir e fortalecer a economia solidária, que tem-se revelado a melhor forma de democratização da economia em nossas sociedades contemporâneas, assentada tanto na autogestão das empresas e iniciativas – em que a propriedade dos meios de produção não é privada, mas solidária, e na qual todos os trabalhadores e trabalhadoras podem, democraticamente, dizer sua palavra, propor e votar, decidir e agir co-responsavelmente em relação a tudo que se refira ao seu empreendimento – quanto na maior distribuição possível da riqueza em favor do bem-viver das pessoas, de suas comunidades, do equilíbrio dos ecossistemas e da paz entre todos os povos. Essa revolução no modo de consumir, comercializar, produzir, financiar, desenvolver tecnologias e compartilhar saberes e riquezas está associada a uma transformação no modo de pensarmos e de nos

relacionarmos como seres humanos, integrados a ecossistemas diversos e a diferentes culturas. A *economia solidária*, como base material do socialismo democrático, é um eixo de lutas sobre o qual devemos concentrar nossos esforços internacionalmente.

Vários são os enfoques que recaem atualmente sobre a economia solidária. Pode-se enfatizar as diversas práticas solidárias de gerar trabalho e renda bem-sucedidas que se multiplicam pelo mundo; ou enfatizar sua qualidade de promover o desenvolvimento sustentável, reorganizando as cadeias produtivas de maneira ecológica nos diversos territórios; ou ainda destacar suas tecnologias sociais em constante aprimoramento e a elaboração de políticas públicas em níveis diversos em variados países a seu respeito. Mas cabe acentuar que, expandindo-se estrategicamente em redes colaborativas, a economia solidária pode se converter igualmente em um novo modo econômico de produção, suprimindo sistemicamente a contradição entre capital e trabalho, posto que na economia solidária não há patrões ou empregados, sendo os trabalhadores os proprietários das fábricas ou empresas em que trabalham, decidindo democrática e autogestionariamente tudo o que a elas se refira ou que diga respeito às redes colaborativas de que faça parte.

Cabe compreender as *redes colaborativas solidárias* tanto como forma de analisar a complexidade da economia solidária, quanto como forma de desenhar estratégias para o seu crescimento sustentável, a fim de gerar trabalho e renda, reorganizar cadeias produtivas para que operem de maneira ecológica e justa, promover a apropriação e o desenvolvimento tecnológico, elaborar políticas públicas e, especialmente, promover o surgimento de um novo modo de produção pós-capitalista, capaz de proporcionar de maneira sustentável as mediações econômicas requeridas à sustentação das liberdades públicas e pessoais eticamente exercidas.

Nas últimas décadas, milhões de pessoas em todo o mundo começaram a inventar e reinventar novas e antigas formas de organizar-se atividades de consumo, comercialização, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico, buscando

alternativas para resolver seus próprios problemas e, ao mesmo tempo, construir sociedades mais justas e sustentáveis. O resultado disso foi o surgimento de inúmeras práticas de economia solidária, permeadas por ações culturais e políticas, baseadas em princípios éticos e democráticos. A realimentação continuada dessas iniciativas que vão se integrando em redes colaborativas e o seu fortalecimento recíproco, no horizonte de atender às demandas concretas do bem-viver das pessoas e de suas comunidades, de combater estruturas seculares de exploração e dominação nas esferas da economia, política e cultura, e de tecer novas relações sociais, centradas na solidariedade e na promoção do desenvolvimento humano de cada pessoa e de todos os povos, deu origem a uma verdadeira revolução que continua a se propagar internacionalmente: *a revolução das redes*.

Embora possuam traços objetivos – como a autogestão e a propriedade coletiva dos meios de produção em contradição ao modo capitalista de produzir valor econômico – que nos permitem agrupar a esses trabalhadores-proprietários como uma nova *classe em si*, que continua a se expandir, cabe destacar que a sua participação em redes colaborativas mais do que contribuir para que se compreendam politicamente como *classe para si*, com uma identidade e projeto histórico, lhes possibilita agir como um novo setor econômico e reorganizar os fluxos econômicos de seus empreendimentos, para realimentarem a própria expansão da economia solidária como alternativa sistêmica ao capitalismo, ao invés de realimentar as cadeias produtivas do capital.

A expansão dessa classe para si exige não apenas a superação da alienação social na produção, como vem ocorrendo, mas igualmente a *superação da alienação social no consumo*. Esta somente ocorre com a mudança das práticas de consumo. Com efeito, ainda pratica o consumo alienado aquela pessoa que – mesmo se dizendo contra a degradação dos ecossistemas, contra a exclusão de milhões de pessoas que vão sendo empobrecidas para que corporações e seus acionistas continuem a enriquecer, contra a progressiva perda de soberania de nossos países frente ao movimento dos capitais internacionais que realimentam dívidas impagáveis – fortalece, com suas próprias práticas de

consumo, essa economia injusta e opressiva. Pois cada vez que essa pessoa consome produtos e serviços produzidos sob a lógica do capital, realimenta o capitalismo com os recursos que gasta nesse consumo, ao passo que esse mesmo valor econômico poderia ser dispendido realimentando-se as cadeias produtivas da economia solidária, contribuindo para expandir e consolidar os fluxos materiais e de valores do circuito solidário. Entretanto, totalmente desorganizados enquanto consumidores não conseguem enfrentar a situação de que, na satisfação de seu próprio consumo, tenham que ser coniventes com aquilo que combatem em seu discurso; não conseguem romper os bloqueios da distribuição capitalista e não sabem sequer onde encontrar os produtos e serviços da economia solidária que são oferecidos em sua região. Por outra parte, a pouca capilaridade do sistema de distribuição e comercialização da economia solidária e as limitações de oferta, dificultam ainda mais a superação dessa situação por parte do consumidor. Portanto, a superação da alienação do consumo exige não apenas a compreensão crítica de tudo o que está nele envolvido, mas especialmente a prática de um outro tipo de consumo, que realmente as redes colaborativas de economia solidária - o que exige a interação entre produtores, comerciantes e consumidores, superando-se debilidades de produção, logística, comercialização e organização do consumo.

A expansão do consumo solidário – isto é do consumo dos produtos e serviços da economia solidária com a finalidade de promover o bem-viver dos trabalhadores que produzem ou comercializam aqueles bens e serviços, bem como de promover o bem-viver dos próprios consumidores que o praticam – é condição para a superação da alienação do consumo, para o fortalecimento da economia solidária e para o avanço da construção do socialismo democrático.

Na América Latina, essa *revolução das redes* pode avançar rapidamente na perspectiva da democratização de nossas sociedades, particularmente pela apropriação social da riqueza produzida e – realimentando a mobilização, organização e educação popular em torno dos eixos-de-luta estratégicos – avançar de maneira segura na construção da democracia popular e do socialismo democrático.

7. O Socialismo Democrático como Projeto de Libertação Popular

Somente um projeto político que inverta as prioridades do desenvolvimento econômico, que promova a desconcentração da riqueza, do poder político, do domínio dos canais de mídia e socialize a cultura; que tenha por objetivo superar as privações da maioria para o exercício de sua liberdade, isto é, garantir politicamente que todos tenham acesso às mediações materiais para realizar a sua liberdade com a dignidade humana exigida, somente tal projeto pode ser uma alternativa política real ao atual processo de globalização mundial. Este projeto, que se chama socialismo democrático, necessita ser reinventado a partir de cada realidade histórica - como já o reinventam, cotidianamente, muitos partidos e movimentos socialistas e ecológicos no mundo todo - com a contribuição de grande parte dos que não concordam com a lógica da negação da liberdade promovida pelo modelo neoliberal.

Assim, a ampliação das garantias políticas do exercício das liberdades pública e privada tem como contraface o exercício da liberdade política dos cidadãos e cidadãs em posicionarem-se frente às contradições que perpassam as relações sociais, pois mesmo que as liberdades políticas estejam amplamente cerceadas - como nos períodos de ditadura - ou extremamente formalizadas - como sob os regimes globalitários - mesmo assim é possível optar-se pela resistência e pela proposição de um modo distinto de organizar-se a sociedade em suas múltiplas dimensões, em especial no que tange aos conflitos sociais nas esferas produtiva, cultural e de reprodução social. Assumir uma posição política que visa promover o exercício das liberdades pública e privada, eticamente orientadas, significa assumir uma posição de combater a exploração do trabalho, a expropriação em atividades de reprodução social da vida, bem como, toda forma de dominação cultural e da exclusão sofrida por amplos segmentos privados das mediações que possam garantir a sua realização humana.

As quatro condições, anteriormente citadas, relacionam-se a mediações necessárias ao exercício da liberdade, considerando-

se a subjetividade como sendo historicamente situada. Considerando tais condições, a reelaboração da utopia socialista e democrática pode avançar hegemonicamente como alternativa ao atual modelo neoliberal globalitário – pela simples razão de que ele não assegura as condições de possibilidade do exercício da liberdade do conjunto das sociedades em que se implanta, restringindo o exercício das liberdades públicas e privadas das maiorias em proveito da expansão das liberdades de uma parcela de agentes econômicos que atua com vistas a concentrar a riqueza socialmente produzida. As grandes utopias coletivas que visam satisfazer essas quatro condições do exercício da liberdade necessitam expressar-se como projetos políticos que combatem toda forma de exploração, dominação e injustiça. Estes projetos são uma crítica real ao modelo neoliberal que prega justamente o individualismo, que vai tornando as pessoas indiferentes ao drama dos que são excluídos do trabalho, do consumo e do conhecimento, entre tantas outras exclusões, que coloca o acúmulo do capital por alguns acima do direito público de realização da liberdade.

Trata-se, pois, de aprimorar-se o projeto político socialista, democrático e popular, como expressão de uma concepção ecológica de preservação da biodiversidade e de interferência equilibrada nos ecossistemas, e como expressão de uma concepção antropológica de promoção da diversidade cultural, respeitando as singularidades dos diversos povos e grupos, quando não são incompatíveis com a promoção universal da liberdade e da dignidade humana. Este projeto, que já está delineado, articula desenvolvimento com distribuição de renda, promovendo a geração de riqueza e incorporando ao consumo solidário as massas atualmente excluídas. É possível, pois, uma alternativa democrática e popular a este modelo neoliberal, que o dogma do pensamento único pretende impor a todos, e ao próprio capitalismo como sistema hegemônico.

Sob o aspecto da aglutinação das classes populares é necessário avançar na articulação das utopias particulares de cada movimento social para a construção de *utopias coletivas*, formulando-as como projeto político e, participativamente, integrá-las em *eixos de luta estratégicos*. Com isso, facilita-se a articulação, em redes colaborativas, de movimentos e

organizações sociais-populares – respeitando-se sua natureza e forma organizativa heterogêneas; as lutas unificadas são fortalecidas, facilitando a coesão da sociedade em torno desses objetivos e pautando neles tanto o núcleo fundamental da interlocução dos setores populares da sociedade civil com o Estado quanto a própria ação do Estado com vista a fortalecer a *democracia popular*.

Sob o aspecto da aglutinação das classes populares é necessário avançar na articulação das utopias particulares de cada movimento social para a construção de *utopias coletivas*, formulando-as como *projeto político* e, participativamente, integrá-las em *eixos de luta estratégicos*. Com isso, facilita-se a articulação, em redes colaborativas, de movimentos e organizações sociais-populares – respeitando-se sua natureza e forma organizativa heterogêneas. Igualmente, as lutas unificadas são fortalecidas pela mediação desses eixos, facilitando-se a coesão da sociedade em torno de objetivos imediatos e estratégicos, que tanto constituem a pauta fundamental da interlocução dos setores populares da sociedade civil com o Estado, quanto da própria ação do Estado, com vistas a fortalecer a *democracia popular*.

Considerações Finais

Como afirmamos no parágrafo introdutório, desenvolvemos nesse texto apenas alguns dos conteúdos implícitos nas 12 proposições iniciais, apresentando os principais argumentos de sua sustentação e algumas teses e categorias de fundo. Essas 12 proposições podem ser consideradas igualmente como as conclusões deste texto. Resultam, todavia, de um conjunto de outras reflexões. Deixo à disposição de todos/as um elenco de outros textos relacionados a essas proposições que podem ser descarregadas em www.solidarius.com.br/mance

Referências

- MANCE, Euclides A. Redes de Colaboração Solidária – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Editora Vozes, 2002.
- _____. A Revolução das Redes. Editora Vozes, 2000.
- _____. “Movimento Popular e Revolução Molecular” (in:) MANCE, Euclides A. (Org.) Movimento Popular e Subjetividade - A Revolução do Cotidiano. *Cadernos de Textos*, N.10. CEFURIA, Curitiba, 1991. p. 3-19
- _____. “Eixos de Luta e a Central de Movimentos Populares”. *Revista de Cultura Vozes*. N. 6, Ano 85 - volume 85 - novembro/dezembro de 1991, p. 645-671
- _____. Quatro Teses Sobre o Neoliberalismo. *Revista Filosofazer*. Passo fundo, Ano 6, N.11, 1997/2, p. 83-103
- _____. Globalitarismo e Subjetividade - Algumas considerações sobre ética e liberdade. Conferência no Instituto de Formación Docente, Salto, Uruguai, 17-05-98. www.solidarius.com.br/mance/global.htm